

Antropologia Portuguesa

Volume 22-23 · 2005-2006

Departamento de Antropologia | Universidade de Coimbra

Dossier Temático

VIOLÊNCIA

um secretismo que será talvez mais viável numa clínica privada. O autor deixa, no final desta tese, duas questões bem prementes:

Haverá não objectores suficientes para trabalhar nas clínicas privadas, ou seja, para conseguir escoar todos os pedidos de mulheres que queiram fazer IVG's, dado que poderão ser 20.000 por ano, conforme se costuma referir?

Como reagirá o Governo nos casos em que um profissional de saúde alegue objecção de consciência no SNS e posteriormente irá trabalhar para as clínicas privadas por motivos puramente económicos?

O livro de MOS constitui-se então, na minha opinião, como um óptimo manual para reflectir sobre as várias dimensões, passadas, presentes e futuras da temática do aborto, particularmente do aceso debate e celeuma que tem gerado no contexto português. Situando-se numa perspectiva de pró-escolha, rejeita argumentos vãos e desprovidos de racionalidade. A diversidade de fontes a que recorre, bem como as análises não só a conteúdos médicos, mas também legais, sociais, económicos, éticos e religiosos, constituem indubitavelmente uma mais-valia nesta discussão. O tipo de linguagem também é muito acessível, o que torna o livro de fácil leitura, reflexão e dissecação. Dada a natureza controversa do tema, será natural que esta perspectiva poderá não ser de total agrado para uma franja da população. No entanto, dado o seu carácter informativo, essa valência capitaliza a apreciação final desta obra como muito positiva.

Carlos Barradas

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
barradas@ces.uc.pt

Serra, J. A. 2001. *Neo-humanismo: bases na natureza humana da economia, educação, saúde e sociologia*. Coimbra, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra. 381 p. ISBN 972-9006-40-7. €15,00.

Mais que “o culminar de toda uma vida de profunda reflexão, com base na análise das particulares condições do País em que nasceu, caldeada com a sua própria vivência noutros países que teve oportunidade de visitar” (p. 5) o “Neo-humanismo” de J. A. Serra é, sobretudo, uma interrogação sobre o nosso futuro, nosso enquanto país e nosso enquanto espécie.

O traço mais enriquecedor deste texto é o esforço de análise do cientista, apoiando-se nos seus vastos conhecimentos, a tentar abrir as portas do futuro, não

no campo da pura ficção científica, mas tendo em conta os avanços da ciência em particular os progressos das ciências biológicas de que José Antunes Serra foi um ilustre representante a nível nacional e internacional. A essa legítima aspiração do cientista acresce a experiência do cidadão que, após décadas de liberdade vigiada, vê o seu país explodir numa revolução em que o bem incomparável da livre expressão se vai enlameando com os maus que muitos atropelou a direitos fundamentais, numa “viragem política em que foram irresponsavelmente descolonizados territórios com grandes perdas em vidas e bens” (p. 27).

Esta passagem da análise do patamar nacional (vivências pós-25 de Abril), para as considerações mais profundas da evolução das ciências da vida e as perspectivas de aproveitamento para transformar a vida humana, evidenciam-se melhor se destacarmos alguns aspectos particulares dos muitos temas abordados nestas páginas. Limitar-nos-emos a aflorar as seguintes questões:

1. “A trágica descolonização”
2. O estado e a nação face a “fósseis ideológicos”
3. Os desafios do futuro face à “balbúrdia nas escolas”
4. O “mandamento cultural”
5. A explosão demográfica

1. “A trágica descolonização”

Reconhecendo que o chamado “Ultramar” português constituía um império “sui generis” e de todo inviável, A. Serra mostra-se chocado com “uma infantilmente conduzida, trágica descolonização em bloco, [que] veio pôr a nu o fundo da ocupação durante vários séculos de outros territórios, com que colectivamente os Portugueses nada lucraram, embora alguns individualmente tenham arranjado fortunas” (p. 38).

Reconhecendo frontalmente que fomos “mais mercadores do que conquistadores” (p. 41) A. Serra enterra literalmente, e sem cerimónias, as teorias do “espírito de missão” ou de “povo eleito do Senhor”, classificando a primeira de “anacrónica barbaridade” e a última de “simplesmente ridícula aos olhos de pessoas cultas” (p. 41) para reivindicar que “a grandeza actualmente está na cultura, em um povo se tornar excelente no que é autêntica produção humana...” (p. 49), para concluir simplesmente que faltou a perspectiva histórica para dar dignidade à governação da época e não haver perdão para as imensas “perdas em vidas e bens”.

Voltada a página da descolonização A. Serra não deixa de afirmar que no futuro (e lembrando o Brasil), numa apreciação serena do dever e do haver, ainda se há-de “reconhecer que os Portugueses não foram apenas buscar, mas sempre

levaram muito do seu, até talvez mais do que trouxeram” (p. 39). E insiste que não afirma isto como “contribuição para lavagem colectiva da alma, daquilo que agora tem sido inculcado serem pecados da colonização, mas simplesmente porque.... crê ser verdade” (p. 39).

2. O estado e a nação face a “fósseis ideológicos”

Apoiando-se no facto de que uma nação só existe quando, para além de objectivos comuns, há simultaneamente uma cultura, uma língua e um território, A. Serra aponta linhas construtivas e denuncia ideias e organizações ultrapassadas, “fósseis ideológicos” que ainda pesam nos passos da evolução actual.

Ao afirmar que a nação terá que concentrar as suas forças naquilo que são as tarefas nacionais, verdadeiramente a valorização humana, insiste que esta só existirá se chegar à excelência de valores humanos verdadeiramente progressivos.

Nesta observação A. Serra aponta o papel fundamental da Antropologia “com as suas duas componentes, antropologia cultural e antropologia biológica, a primeira respeitante aos usos e costumes, história e cultura, a segunda respeitante ao fundo genético das populações presentes no país” (p. 79).

Na formação de um povo é determinante o grau de solidariedade, já que toda a sociedade dotada desta prática é “mais evoluída do que outra sem este sentimento” e, por outro lado, para qualquer povo “uma fase mais civilizada é aquela em que a cultura se tornou mais humana relativamente a fases anteriores” (p. 97). Neste progresso civilizacional é fundamental ter em conta a componente demográfica.

Aplicando as suas observações ao caso português o diagnóstico de A. Serra não disfarça a situação: “Se quisermos olhar para o estado actual em Portugal dos assuntos tratados neste capítulo, a mais notória disparidade é a do completo desconhecimento das consequências da demografia ao nível do planeamento social” (p. 111). Constatando que este mal vem de longe, e não sendo exclusivamente português, A. Serra verifica que “tal acontece não por falta de capacidades para planear (que seguramente as há no país), mas pelo grave defeito, que vinha de antes e se perpetua, de não serem para tal chamados os mais aptos” (p. 111). Aqui A. Serra denuncia a lógica de “chegar ao poder pelo poder”.

Criticando o “basismo” ideológico ligado a sociedades do passado que remontam aos tempos das sociedades camponesas e do proletariado das cidades, A. Serra não poupa instituições como os sindicatos que classifica de “fósseis ideológicos”... “associações que não se actualizaram na sua filosofia de ser e, por isso têm, muitas vezes comportamentos irresponsáveis” (p. 156). Além de que

deixam de fora grupos mais fragilizados como “inválidos e idosos” a que certamente haveria que juntar hoje o número crescente de desempregados.

3. Os desafios do futuro face à “balbúrdia nas escolas”

Os reflexos de uma liberdade mal entendida (porque liberdade sem responsabilidade) em boa parte das escolas no pós-25 de Abril impressionou sobremaneira o professor universitário que deixa nestas suas notas algumas das críticas mais duras à situação escolar que classifica de “balbúrdia”.

A. Serra começa por denunciar a ideia fantasiosa “de que todos, absolutamente todos, têm capacidade para meter no bolso todos os diplomas do ensino secundário e superior, desde que forcem os poderes políticos a deixá-los matricular e os professores à submissão às suas exigências” (p. 84).

Nesta linha de pensamento A. Serra leva mais longe a sua crítica propondo ligação entre aprendizagem e trabalho que, sendo para a vida, deveria começar muito mais cedo nas nossas sociedades: “os jovens deveriam em regra trabalhar produtivamente logo que possível” (p. 102), mais exactamente... “os jovens dos 14 anos em diante deveriam ter normalmente parte do tempo ocupado com a escola e a outra parte com trabalho produtivo para proverem parcialmente ao seu sustento e assim se evitar o parasitismo relativamente aos adultos” (p. 103). Mas A. Serra leva mais a fundo a sua análise e numa questão fundamental das nossas escolas quando diz que “assim (com o trabalho parcial) poderia desaparecer muita da frustração juvenil actual: por um lado muitos jovens ressentem-se da dependência em relação à família, por outro há numerosos jovens que acham abomináveis as actividades escolares porque as suas aptidões são para uma vida activa noutra sentido” (p. 103). Esta última reflexão parece-me ser particularmente importante já que o problema existe e o que se tem exigido aos professores é a quadratura do círculo: ensinar a quem não quer aprender, mas com os resultados que se conhecem e daí “a frustrante ineficiência escolar do presente e a, muitas vezes terrível, vivência nas escolas”. A. Serra limita-se a constatar o que na sua óptica, é óbvio: “a situação escolar é actualmente uma incrível balbúrdia no nosso país, demonstrando como é fácil, quando as condições se prestam, passarem os jovens a ter comportamentos destrutivos da instrução que deveriam obter e das pessoas que os tentam ensinar” (p. 104). Não deixa contudo de referir o peso excessivo das ideologias e o efeito de inércia mental vinda da ditadura: “essas doutrinas têm tido um papel dominante no descalabro a que chegaram neste país a economia, o ensino, a investigação e até a maneira de ser social, incluindo a deterioração da pouca solidariedade que a longa ditadura ainda deixara entre os Portugueses” (p. 135).

Referindo-se ainda ao “basismo” A. Serra denuncia a sua força perniciosa nas escolas:

“Nas escolas resulta em pleno domínio dos alunos ou, quando estes são ainda muito novos, dos respectivos pais. Daqui provém, e principalmente no caso das escolas secundárias e universidades, quando os alunos são as bases, que os professores são completamente dominados, e até mesmo escravizados, por adolescentes ou jovens ignorantes, inexperientes, e quase sempre com animais demonstrações da força primitiva da ancestralidade” (p. 129).

Para A. Serra a saudável cooperação é a base do êxito mas ela não é compatível com a ideologia anti-mérito (há alunos hostilizados por serem distintos...) pois “é da recta consciência humana que os lugares devem ser ocupados pelo mérito” [embora] “as diferenças de lugar não devam corresponder a abissais diferenças de retribuição e outros direitos e regalias” (p. 249).

Denunciando um psicologismo de facilidades que esqueceu que os saberes se organizam por disciplinas e que sem disciplina não há resultados nem sequer no futebol (uma evidência que muitos alunos e uns quantos professores tardam em compreender), A. Serra assume claramente a opção de elite do desporto, como no resto, onde não é possível todos chegarem ao topo:

“Tratando-se de nadadores ou de futebolistas, etc., não é suposto que, sem a posse de qualidades naturais para o desenvolvimento das características necessárias para exercer os esforços que estas práticas desportivas requerem, as pessoas consigam chegar nelas a plano destacado” (p. 260). Por isso, e aplicando às escolas, A. Serra denuncia a actual “tendência para a incompreensão, a confusão e a deturpação doutrinária, a respeito das bases da instrução em valores, entre os quais se conta o do mérito diferencial em instruendos e instruidores” (p. 259).

Articulando aprendizagem, saber e competência A. Serra alerta: “não há sistema filosófico que substitua o modo são de pensar livre de um cérebro culto e afinado pelo trabalho anterior de muitas horas de pensamento sobre domínios específicos do saber”. Um aviso particularmente importante num país onde abundam os “miméticos” que Miguel Torga tão bem denunciou.

4. O “mandamento cultural”

Para avançar no neo-humanismo educativo A. Serra parte do princípio básico que enuncia como mandamento cultural:

“... prosseguirás a tua instrução para adquirires o máximo de cultura que te seja possível, dentro das tuas faculdades mentais, mas não desperdiçando ou

esbanjando os meios postos à tua disposição para tal, para o que não deverás ir além do grau de instrução que eficientemente podes aprender, não tirando a vez a outros mais capazes e não sobrecarregando a sociedade com gastos inúteis” (pp. 256-257).

Partindo da igualdade cívica, o autor simplesmente aplica o princípio abstracto às questões concretas: igualdade entre quem, sobre o quê e com que critérios. Com este mandamento cultural A. Serra elimina de uma penada uns quantos privilégios de “veteranos” que até estabelecem normas e reivindicam privilégios que a sociedade paga sem qualquer retorno.

A dimensão parasitária nas universidades tem sido um alegre esbanjar e um caldo de cultura de valores anacrónicos que alguns sociólogos começam a denunciar (Ver: “A praxe, a latada e o machismo anacrónico”, E. Estanque, *Diário de Coimbra*, 30.10.2006).

Mas a condição que impõe que todos possam desenvolver os seus talentos não ilude o autor sobre o facto de se verificar “que o talento e o dinheiro muitas vezes não coincidem” (p. 257) e daí a óbvia conclusão que a instrução deveria ser, quanto possível, gratuita “a fim de não ser necessário estar a distinguir entre os que podem e os que não podem, com inquéritos aos rendimentos”... (p. 258)... Mesmo assim o fantasma da “engrenagem administrativa” não deve impedir uma justa ponderação das vantagens e desvantagens da gratuidade do ensino e do pagamento deste, pelo menos parcial” (p. 259).

Apoiando fortemente a igualdade de oportunidades, à partida para todos, A. Serra ataca pela raiz as diferentes teorias igualitárias que pretenderiam um hipotético igualitarismo que seria uma “igualdade de todos em tudo” que sempre foi o princípio gerador da mediocridade.

Interrogando-se ainda sobre “os fins para que vivemos” e respondendo com a “realização pessoal”, por mais vaga que seja a expressão, A. Serra insiste que a percepção de felicidade é realizada através da liberdade responsável e daí definir as liberdades neo-humanísticas como uma progresso (“evolução”) de liberdade com responsabilidade (p. 145 e seg.).

É nesse contexto que se afirma o mérito diferencial já que “as diferenças de qualidades mentais, quando devidamente empregues na aquisição e depois, se o talento chegar para tanto, na criação da cultura, dão origem a méritos diferentes” (p. 261). Isto é tão natural como as diferenças nas aptidões musculares ou nas habilidades corpóreas, mas insiste o autor, o mérito cultural é mais diferenciador, e explica: “aqui cultura tomada no sentido geral, abrangendo realizações respeitantes não só

ao conhecimento, como à virtude (bondade, altruísmo, caridade, dedicação ao bem fazer) e às qualidades de carácter (honra pessoal, honra profissional, persistência no bom caminho, dedicação ao trabalho, prosseguimento da melhoria económica e social, etc.)” (p. 261). É evidente que são referenciais de diferenças tão óbvias quanto esquecidas.

5. A explosão demográfica

Passando dos problemas concretos do seu país para a dimensão global da questão demográfica da população humana em crescimento geométrico, A. Serra não pode deixar de se interrogar sobre o futuro de uma espécie que cresce aceleradamente num espaço limitado. Com efeito “todas as espécies sofrem, em condições de excesso de população, o que se chama o condicionamento negativo, acções tendentes a diminuir essa densidade e que, não raro, terminam na completa extinção da população ou da espécie” (p. 110).

Muitos aspectos conflituosos das nossas grandes cidades são explicados da mesma maneira: “muito do que se passa nas nossas cidades urbanizadas, quanto a comportamentos disruptivos, especialmente nos jovens, é proveniente da excessiva concentração urbana” (p. 110). Condenando o “completo desconhecimento das consequências da demografia ao nível do planeamento social” A. Serra reivindica um menor desperdício do “talento nacional” para podermos dar passos significativos no indispensável “avanço cultural”.

Aprofundando mais a questão A. Serra entende que “a nível actualizadamente do nosso tempo a política não será apropriada a inserir-se nos sistemas de realização humana se não tiver uma das suas bases mais importantes na demografia” (p. 317).

Insistindo no imperativo da espécie voltar a uma “vida mais ecológica e civilizadamente humana”, A. Serra denuncia as consequências do que chama um “urbanismo anti-agrícola” com importantes consequências a nível pessoal e social já que cada vez mais “o cidadão que não faz ideia concreta de como são obtidos os alimentos vegetais, ou o leite, que adquiriu no mercado, perde uma boa parte da percepção do mundo real em que se insere” (p. 319).

Escravo da “caixa ambulante” (automóvel) e vivendo nas “gavetas em prédios-formigueiro” o homem actual perde valores estruturantes da sua estratégia de sobrevivência:

“A falta de posse, ou de usufruto, de uma porção mesmo pequena, como um jardim circundante da casa, de solo do país em que se enquadra, conduz à falha psíquica de noção exacta da pátria como geografia com gente e história” (p. 319).

Embora o autor reconheça que é “arriscado aplicar conclusões obtidas em experiências com animais ao caso da espécie humana, o condicionalismo comportamental provocado pela sobrepopulação parece ter algum fundamento análogo nos dois casos” (p. 321). De facto, o que nos mostra a etologia em geral é que a agressividade aumenta com a redução do território decorrente do aumento das populações. Por isso, alguns autores consideram que o perigo da nossa espécie está, mais que em qualquer outra arma de destruição maciça, no simples crescimento demográfico que constituiria por si a “bomba humana”. É certo, também há quem acredite no que chamam a sabedoria da espécie que encontraria uma saída para o excesso de população.

Manuel L. Rodrigues Laranjeira

Departamento de Antropologia
Universidade de Coimbra
3000-056 Coimbra
areia@antrop.uc.pt

Stanovich, K. E. 2004. *The Robot's rebellion: finding meaning in the age of Darwin*. Chicago & Londres, The University of Chicago Press, 358 pp. ISBN 0-226-77125-3. £11,50.

Keith Stanovich em *The Robot's Rebellion* exorta-nos a *aceitar* o darwinismo universal e, em particular, a mudança de perspectiva inaugurada por Richard Dawkins. Os humanos são os hospedeiros de dois tipos de replicadores (genes e memes) que não parecem particularmente interessados (a linguagem é aqui deliberadamente antropomórfica, porque segundo Stanovich é difícil encontrar melhor) nos humanos para lá do desempenho que estes têm no processo de replicação: seremos assim “máquinas de sobrevivência para os nossos genes” (Stanovich, 2004: xii) ou, de outro modo, “sofisticados robôs ao serviço de colónias de genes”. Do mesmo modo, seremos “hospedeiros para memes” (definidas como “unidades de informação cultural”). Quaisquer destas entidades, genes e memes, são “unidades subpessoais” que podem comprometer (e comprometem) a “autonomia” dos humanos. Se os genes contêm as instruções para construir os corpos que os contêm, as memes constroem as culturas que as transmitem. Uma crença poderá ser assim, para a memética, disseminada sem que seja verdadeira ou útil aos humanos que a disseminam. A memética lembra-nos outros modelos epidemiológicos de cultura, como seja a sobejamente conhecida “epidemiologia das representações” de Dan Sperber,